

TRANSPARÊNCIA
(ÍNDICE DO ORÇAMENTO ABERTO)

26

EM 100

O Governo de Angola fornece ao público informações **mínimas** sobre o orçamento.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

12

EM 100

O Governo de Angola oferece ao público **muito poucas** oportunidades de participar no processo orçamental.

CONTROLO ORÇAMENTAL

20

EM 100

PELO CORPO LEGISLATIVO
O controlo orçamental por parte do corpo legislativo em Angola é **fraco**.

33

EM 100

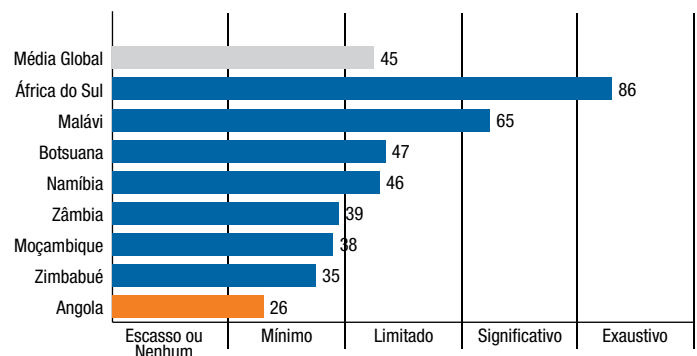
PELO AUDITOR
O controlo orçamental por parte da instituição suprema de auditoria em Angola é **fraco**.

TRANSPARÊNCIA (ÍNDICE DO ORÇAMENTO ABERTO)

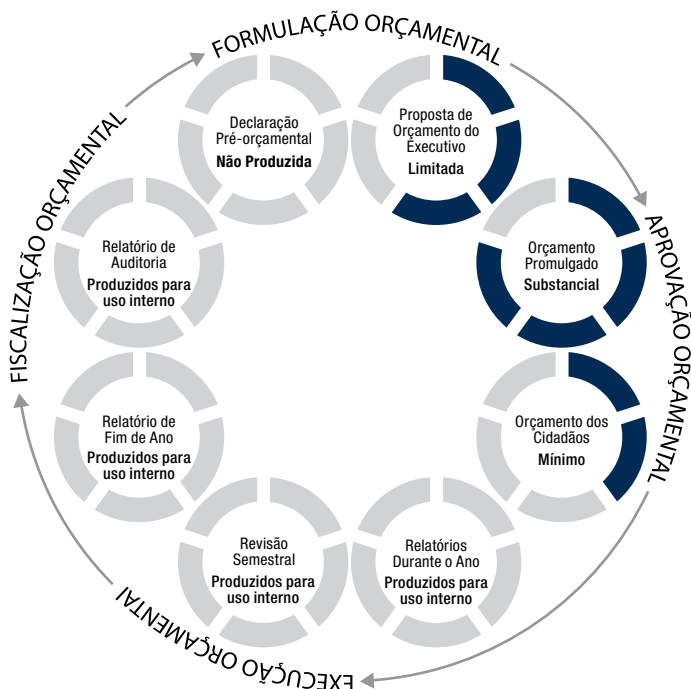
Tendo como base critérios internacionalmente aceites desenvolvidos por organizações multilaterais, o Inquérito sobre o Orçamento Aberto recorre a 109 indicadores para determinar a transparência orçamental. Estes indicadores são utilizados para avaliar se o governo central disponibiliza atempadamente os oito principais documentos orçamentais ao público e se os dados contidos nesses documentos são abrangentes e úteis.

A cada país é dado um resultado até 100, o qual determina a classificação desse país no Índice do Orçamento Aberto, a única medida independente e comparativa de transparência orçamental.

Comparação Regional

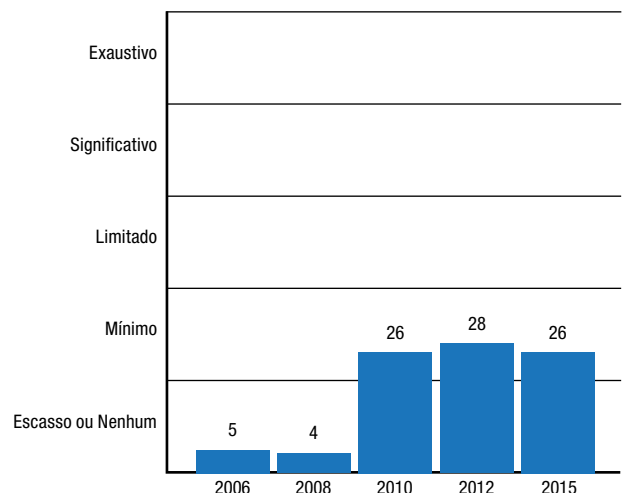


Utilidade da Informação Orçamental ao Longo do Ciclo Orçamental



O resultado de Angola de 26 em 100 é substancialmente inferior ao resultado médio global de 45.

Alteração na Transparência ao Longo do Tempo



Nota: as seguintes categorias são utilizadas para comunicar a utilidade de cada documento: **Não produzido, Publicado tardiamente, Uso Interno, Escasso, Mínimo, Limitado, Significativo** ou **Exaustivo**.

TRANSPARÊNCIA (ÍNDICE DO ORÇAMENTO ABERTO)

A Disponibilidade de Documentos Orçamentais ao Longo do Tempo

| Documento | 2006 | 2008 | 2010 | 2012 | 2015 |
|------------------------------------|------|------|------|------|------|
| Declaração Pré-orçamental | ● | ● | ● | ● | ● |
| Proposta de Orçamento do Executivo | ● | ● | ● | ● | ● |
| Orçamento Promulgado | ● | ● | ● | ● | ● |
| Orçamento dos Cidadãos | ● | ● | ● | ● | ● |
| Relatórios durante o ano | ● | ● | ● | ● | ● |
| Revisão semestral | ● | ● | ● | ● | ● |
| Relatório de Fim de Ano | ● | ● | ● | ● | ● |
| Relatório de Auditoria | ● | ● | ● | ● | ● |

● Não produzido/publicado tardiamente ● Produzido para uso interno ● Publicado

O resultado de Angola de 26 no Índice do Orçamento Aberto de 2015 é basicamente o mesmo do que o resultado do mesmo país em 2012.

Contudo, o Governo de Angola tem sido inconsistente relativamente ao tipo de documentos disponibilizados publicamente num dado ano.

Desde 2012, o Governo de Angola tem aumentado a disponibilidade da informação orçamental:

- Publicando o orçamento dos cidadãos.
- Melhorando a abrangência da proposta de orçamento do executivo.

Contudo, o Governo de Angola tem diminuído a disponibilidade da informação orçamental:

- Produzindo os relatórios durante o ano e o relatório de fim de ano apenas para uso interno.

Além disso, o Governo de Angola não tem feito progressos nos seguintes aspectos:

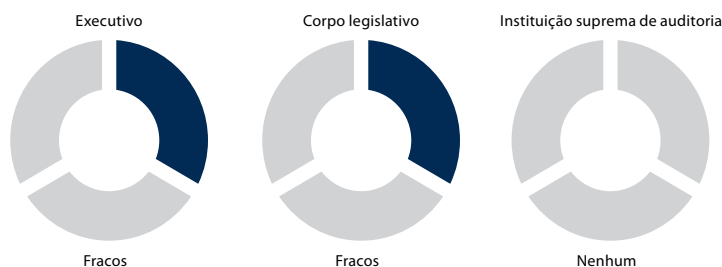
- Produzindo um relatório de auditoria e uma revisão semestral, mas não os tornando publicamente disponíveis.
- Inconsistência de produção e publicação do orçamento dos cidadãos. Nas rondas de 2006 e 2008 do Inquérito sobre o Orçamento Aberto, o documento foi publicado a tempo, mas só no Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015 é que o governo voltou a publicar o documento.
- Não produzindo uma declaração pré-orçamental.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

As provas sugerem que apenas a transparência é insuficiente para melhorar a governação e que a participação pública na orçamentação pode maximizar os resultados positivos associados a uma maior transparência orçamental.

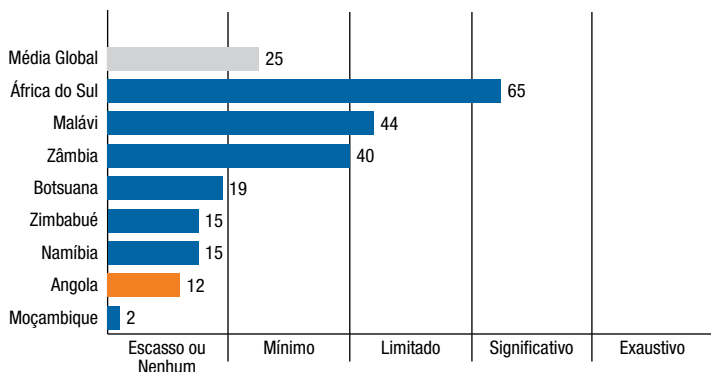
De modo a determinar a participação pública, o Inquérito sobre o Orçamento Aberto avalia em que medida o governo fornece oportunidades de o público se envolver no processo orçamental. Tais oportunidades devem ser fornecidas ao longo do ciclo orçamental por parte do executivo, do corpo legislativo e da instituição suprema de auditoria.

Elementos de Participação Pública



O resultado de Angola de 12 em 100 indica que o fornecimento de oportunidades para o público se envolver no processo orçamental é **fraco**. Este valor é inferior ao resultado médio global de 25.

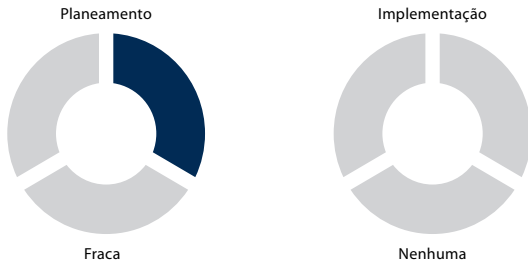
Comparação Regional



CONTROLO ORÇAMENTAL

O Inquérito sobre o Orçamento Aberto examina em que medida os corpos legislativos e as instituições supremas de auditoria conseguem oferecer um controlo eficaz do orçamento. Estas instituições desempenham um papel crítico, frequentemente consagrado nas constituições nacionais, em termos de planeamento e supervisão da implementação dos orçamentos.

Fiscalização por parte do Poder legislativo



O corpo legislativo oferece um controlo **fraco** durante a fase de planeamento do ciclo orçamental e **nenhum** controlo durante a fase de implementação do ciclo orçamental. O corpo legislativo não tem um gabinete especializado de pesquisa do orçamento. Tanto em termos legislativos como em termos práticos, o corpo legislativo não é consultado antes da transferência de fundos do orçamento promulgado, gastando quaisquer receitas não esperadas e fundos de contingência que não foram identificados no

orçamento promulgado. Além disso, o corpo legislativo não realiza audiências públicas para analisar relatórios de auditoria.

Fiscalização por parte da Instituição Suprema de Auditoria



A instituição suprema de auditoria oferece um controlo orçamental fraco. Ao abrigo da lei, tem poder discricionário total para realizar as auditorias que considere adequadas. Além disso, o chefe da instituição suprema de auditoria pode ser destituído sem aprovação legislativa ou judicial, o que prejudica a sua independência. Por fim, são oferecidos recursos insuficientes à instituição suprema de auditoria para cumprir a sua missão e esta não tem implementado qualquer sistema de garantia da qualidade.

RECOMENDAÇÕES

Melhorar a Transparência

Angola deve dar prioridade às seguintes acções de modo a melhorar a transparência orçamental:

- Publicar o relatório de fim de ano, o relatório de auditoria, os relatórios durante o ano e a revisão semestral de forma atempada e consistente.
- Produzir e publicar a declaração pré-orçamental.
- Aumentar a abrangência da proposta de orçamento do executivo, apresentando, por exemplo, informações mais abrangentes sobre a classificação de despesas de anos futuros e a classificação de despesas de anos anteriores.

Melhorar a Participação

Angola deve dar prioridade às seguintes acções de modo a melhorar a participação orçamental:

- Garantir que o público é informado sobre a finalidade dos compromissos do orçamento público e fornecer informações suficientes para que participem de forma efectiva.
- Abrir audiências ao público sobre o relatório de auditoria.
- Publicar relatórios sobre audiências relativas ao orçamento público.
- Promover o envolvimento da sociedade civil no acompanhamento da execução orçamental.

- Criar mecanismos formais para que o público auxilie a instituição suprema de auditoria a formular o respectivo programa de auditoria e participe em investigações de auditoria.

Melhorar o Controlo

Angola deve dar prioridade às seguintes acções de modo a reforçar o controlo orçamental:

- Criar um gabinete especializado de pesquisa do orçamento para o corpo legislativo.
- Tanto em termos legislativos como em termos práticos, garantir que o corpo legislativo é consultado antes da transferência de fundos do orçamento promulgado, antes de se gastarem quaisquer receitas não esperadas e de se gastarem fundos de contingência que não foram identificados no orçamento promulgado.
- Exigir a aprovação legislativa ou judicial para destituir o chefe da instituição suprema de auditoria.

METODOLOGIA

O Inquérito sobre o Orçamento Aberto utiliza critérios internacionalmente aceites desenvolvidos por organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização Internacional de Instituições de Auditoria Suprema (INTOSAI). Trata-se de um instrumento de pesquisa baseado em factos que avalia o que ocorre na prática através de fenómenos facilmente observáveis. Todo o processo de pesquisa durou aproximadamente 18 meses entre Março de 2014 e Setembro de 2015 e envolveu cerca de 300 especialistas em 102 países. O Inquérito foi revisto a partir da versão de 2012 de modo a reflectir os desenvolvimentos emergentes das boas práticas aceites e a reforçar as questões individuais. Uma discussão completa destas alterações poderá ser encontrada numa nota técnica sobre a comparabilidade do Índice do Orçamento Aberto ao longo do tempo (vide abaixo).

As respostas do inquérito são habitualmente fundamentadas por citações e comentários. Estas poderão incluir uma referência a um documento público, uma declaração oficial do governo ou comentários de uma entrevista face a face com um representante do governo ou outra parte bem informada.

O Inquérito é compilado a partir de um questionário preenchido por cada país por peritos orçamentais independentes que não estão associados ao governo nacional. O questionário de cada país é depois revisto de forma independente por dois especialistas anónimos que também não têm qualquer associação ao governo. Além disso, a IBP convida os governos nacionais a comentarem os resultados do Inquérito e considera esses comentários antes de finalizar os resultados do Inquérito.

Apesar de esforços repetidos, a IBP não conseguiu obter comentários durante a redacção dos resultados do Questionário sobre o Orçamento Aberto por parte do Governo de Angola.

A investigação para concluir o Inquérito sobre o Orçamento Aberto deste país foi realizada por:

Sergio Calundungo

ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

Praceta Farinha Leitão nº 27 – 1º Dto

Cx. Postal 3788

Luanda, Angola

inesc@inesc.org.br

Mais Informações

Vá a www.openbudgetsurvey.org para obter mais informações, incluindo:

- O Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015: Relatório Global.
- Conjuntos de dados individuais para cada um dos 102 países inquiridos.
- Uma nota técnica sobre a comparabilidade do Índice do Orçamento Aberto ao longo do tempo.